

A crítica de Kripke às teorias descritivistas de nomeação

A critique of the Kripke descriptivist theories appointment

Prof. Dr. Cícero Antônio Cavalcante Barroso¹

Resumo

Naming and Necessity é possivelmente a obra mais importante do filósofo estadunidense Saul Kripke. Nessa obra, ele apresenta uma série de argumentos contra a visão até então dominante sobre a semântica dos nomes próprios, visão esta que ele chamou de ‘descritivismo’. O conjunto desses argumentos mostra, na opinião de Kripke, que o descritivismo é falso, seja enquanto teoria do significado, seja enquanto teoria da referência. Em vista dessa falência do descritivismo, ele propõe então uma nova explicação para a função referencial dos nomes próprios, uma explicação baseada na noção de *cadeia de comunicação*. Este artigo examina e detalha os argumentos antidescritivistas propostos em *Naming and Necessity* e põe em relevo os pontos principais da explicação alternativa oferecida por Kripke.

Palavras-chave: Crítica kripkiana, descritivismo, nomes próprios, designação rígida.

Abstract

Naming and Necessity is possibly the most important work of American philosopher Saul Kripke. In this work, he presents a series of arguments against the hitherto dominant view about the semantics of proper names, the vision which he called ‘descriptivism’. The set of these arguments shows, according to Kripke, that descriptivism is false, either as a theory of meaning or as a theory of reference. In virtue of this failure of descriptivism, he proposes a new explanation for the referential function of proper names, an explanation based on the notion of *chain of communication*. This paper examines and details the proposed antidescriptivist arguments in *Naming and Necessity*, and highlights the main points of the alternative explanation provided by Kripke.

Keywords: Kripkian criticism, descriptivism, proper names, rigid designation.

¹ Universidade Federal do Ceará (Campus Cariri) - E-mail: cicero@lia.ufc.br

Introdução

Em Janeiro de 1970, na Universidade de Princeton, Saul Kripke proferiu três célebres conferências sobre nomes próprios, e *Naming and Necessity* é a transcrição dessas conferências, acrescida de notas e de um prefácio. A discussão encetada nas conferências pode ser dividida em dois momentos principais. No primeiro momento, trata-se de esclarecer de que forma é determinada a referência dos nomes próprios. Kripke começa examinando algumas teorias que ele chama de ‘descritivistas’, as quais, segundo ele, sustentam que a referência de um nome próprio é fixada com o auxílio de descrições definidas. Depois de apresentar vários argumentos contra essas teorias, ele dá sua própria explicação da função referencial dos nomes próprios, e essa explicação se apoiará na noção de uma cadeia de comunicação. No segundo momento, Kripke tenta extrair as consequências mais importantes da tese de que nomes próprios são designadores rígidos. Essa tese é apresentada já no prefácio de *Naming and Necessity* e assevera que quando um nome próprio ‘n’ refere um objeto *b* no mundo atual, ‘n’ refere *b* em todos os mundos possíveis em que *b* existe. É, contudo, em sua terceira conferência que Kripke se propõe a expor de uma forma mais minuciosa as implicações da tese da designação rígida, quais sejam, a necessidade de todas as identidades verdadeiras entre nomes próprios, a necessidade das identidades teóricas, a não identidade entre mente e corpo, etc. Essas consequências dão origem a um novo tipo de essencialismo, um essencialismo fundamentado sobre a análise semântica que Kripke faz de enunciados contendo nomes próprios.

Neste artigo, tratarei principalmente da primeira parte de *Naming and Necessity*, ou seja, dedicarei a maior parte de minha argumentação ao esclarecimento da crítica de Kripke às teorias descritivistas de nomeação. Não obstante, antes de começar a expor essa crítica, farei umas poucas considerações sobre alguns de seus pressupostos e tratarei especificamente da noção de *mundo possível* e da *tese da designação rígida*.

1 Mundos possíveis e designação rígida

No prefácio de *Naming and Necessity*, Kripke declara que as teses que aparecem em suas três conferências “brotaram do trabalho formal anterior na teoria dos modelos da lógica modal” (KRIPKE, 1980, p. 3). De fato, a tese da designação rígida que é, por assim dizer, a mãe de todas as outras teses de *Naming and Necessity*, é uma consequência direta do conceito de *mundo possível* que Kripke havia desenvolvido para a semântica das lógicas modais. Dessa forma, para que compreendamos o desenvolvimento do pensamento kripkiano, é preciso, antes de tudo, que entendamos esse conceito.

A ideia de mundo possível surge, como Kripke esclarece várias vezes, como uma generalização da ideia de situação contrafactual. Assim, o que fazemos primeiramente é pensar numa situação atual em que, digamos, um objeto *b* tem uma propriedade *P* para em seguida imaginar uma situação em que *b* não tem a propriedade *P*, sendo essa nova situação propriamente denominada de “situação contrafactual”. Uma vez que pensamos no mundo atual como um conjunto de situações atuais, se imaginamos outro mundo onde algumas dessas situações dão lugar a situações contrafactuais, temos então um mundo puramente possível. Por aí se vê que um mundo puramente possível não é um mundo concreto, é apenas uma abstração, daí a insistência de Kripke em afirmar que mundos possíveis não são planetas distantes que poderiam ser vistos através de um telescópio. No prefácio de *Naming and Necessity*, uma analogia tenta esclarecer a intuição de mundo possível que é pressuposta na metafísica kripkiana. Trata-se da analogia dos dados.

Kripke chama a atenção para o que acontece quando lançamos dois dados. Segundo ele, quando fazemos isso, “os trinta e seis estados dos dados são literalmente trinta e seis ‘mundos possíveis’...” (KRIPKE, 1980, p. 16), porém, somente um desses estados será o atual, e não é preciso supor que os outros trinta e cinco estados existam em algum lugar de contos de fadas. É ainda importante salientar que os trinta e seis estados possíveis dos dados têm o mesmo estatuto

ontológico, são entidades abstratas e que o estado atual se distingue dos demais apenas por ser realizado, ou seja, ele existe.

Com a ajuda dessa analogia, não é difícil responder ao problema da identificação transmudial. O problema seria o seguinte: dado um objeto b , pode-se argumentar que só podemos identificar b com base em um conjunto Φ de propriedades de b e essas propriedades são quase sempre contingentes. Como então seria possível identificar b em um mundo possível em que b não tem as propriedades de Φ ? A resposta é que não precisamos fazer tal identificação. O que precisamos é referir b no mundo atual e automaticamente o mesmo b será referido em todo mundo possível em que ele existe. É o que acontece com os dados. Quando falamos que a soma dos dados poderia ser dez ao invés de doze, não há um problema de saber se os dados que somam doze atualmente são idênticos aos dados que somariam dez em uma situação contrafactual, é óbvio que falamos sempre dos mesmos dados. Da mesma forma, quando falamos de b em uma dada situação contrafactual, falamos ainda do mesmo b existente no mundo atual. Primeiramente, temos objetos e propriedades e depois temos mundos possíveis, não o contrário. É o que Kripke dirá em certa altura de sua primeira conferência: “...nós começamos com os objetos, que nós *temos*, e podemos identificar, no mundo atual. Nós podemos então perguntar se certas coisas poderiam ter sido verdadeiras a respeito desses objetos” (KRIPKE, 1980, p. 53).

Ora, essa ideia de que referimos sempre a mesma coisa b quando falamos de b em diferentes situações contrafactuais é o germe da tese da designação rígida. É por isso que Kripke diz que seu trabalho em lógica o levou a ter as opiniões expressas em *Naming and Necessity*. Gostaria de tentar explicitar essa conexão com um exemplo.

Considere um enunciado modal sobre Sócrates, digamos, “Sócrates poderia ter sido um dançarino”. Esse enunciado é intuitivamente verdadeiro. Qual a nossa intuição quando julgamos que ele é verdadeiro? A intuição é a de que podemos imaginar ou conceber Sócrates numa situação em que ele é um dançarino. A situação imaginada não corresponde a nenhuma situação histórica real, mas o indivíduo

que toma parte nessa situação imaginária é o indivíduo real. Se não fosse assim, ela não seria uma situação em que Sócrates é um dançarino, seria uma situação em que outro indivíduo é um dançarino, e isso não nos ajudaria em nada para julgar a verdade do enunciado modal em análise. Dessa forma, todo enunciado modal sobre Sócrates evoca uma situação contrafactual que envolve o mesmo indivíduo: Sócrates. Se acrescentarmos a isso o fato de que uma situação contrafactual é uma situação que, por definição, ocorre em um mundo possível diferente do atual, então cada enunciado modal sobre Sócrates faz referência a um mundo possível em que Sócrates exista. O indivíduo existente lá é o mesmo existente aqui, logo, se o nome ‘Sócrates’ refere o indivíduo que existe aqui, também refere o que existe lá. De fato, o nome ‘Sócrates’ refere o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis em que ele exista, e isso equivale a dizer que ‘Sócrates’ é um designador rígido. Como esse argumento pode ser generalizado para qualquer nome próprio, a conclusão é a tese de que todo nome próprio funciona como um designador rígido, isto é, a tese da designação rígida.

Em grande parte, foi por causa dessa tese que Kripke se tornou antidescritivista. Depois de constatar que nomes próprios designam rigidamente, ele observou que descrições definidas não funcionam em geral como designadores rígidos. Por exemplo, a descrição ‘o filósofo casado com Xantipa’ refere Sócrates no mundo atual, mas podemos imaginar um mundo possível em que coube a Parmênides a sorte de ser o filósofo casado com Xantipa e, daí, naquele mundo, é Parmênides que é referido pela descrição. Isso basta para mostrar que a referida descrição não é um designador rígido. Com base no fato de que nomes próprios e descrições definidas diferem no tocante à rigidez, Kripke conclui, primeiramente, que a tese de que nomes próprios são sinônimos de descrições definidas é falsa. Em seguida, percebeu que nem mesmo a referência dos nomes próprios é determinada por meio de descrições definidas, o que o levou a apresentar vários argumentos para demonstrar isso em *Naming and Necessity*. São esses argumentos que passo a examinar a partir de agora.

2 As críticas de Kripke

A crítica mais elaborada encontrada em *Naming and Necessity* é contra as teorias de nomeação que Kripke denomina de *teorias descritivistas*. Segundo ele, essas teorias podem ser vistas de duas formas: 1. elas podem ser consideradas teorias do *significado* cuja principal tese é a de que descrições definidas dão significado aos nomes próprios; 2. elas podem ser tratadas como teorias da *referência* cuja tese central é a de que descrições definidas determinam a referência de nomes próprios².

As principais teorias descritivistas que Kripke considera são as de Frege, Russell e Searle. Essas teorias são ao, mesmo tempo, teorias do significado e teorias da referência dos nomes próprios.

Frege é considerado um descritivista em grande parte por causa desta nota de “Sobre Sentido e Referência” citada por Kripke:

No caso de um nome próprio genuíno como ‘Aristóteles’, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre de Magno. Quem fizer isto associará outro sentido à sentença ‘Aristóteles nasceu em Estagira’ do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre de Magno que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita (FREGE, 1978, p. 63, nota 1).

Kripke considera que Frege não usa a palavra ‘sentido’ de forma unívoca. Segundo ele, “Frege deveria ser criticado por usar o termo “sentido” em dois sentidos. Pois ele considera que o sentido

² É preciso notar que, quando Kripke fala de ‘teorias do significado’ aqui, a noção de *significado* que ele tem em mente é a noção de *significado semântico*, que é o significado dado pelo dicionário. Por outro lado, quando ele fala de ‘teorias da referência’, ele emprega o termo ‘referência’ para denominar a relação que há entre uma expressão da linguagem e o mundo, uma relação estabelecida pelo uso que uma comunidade de falantes faz de t (cf. KRIPKE, 1998; e CHATEAUBRIAND 2005, p. 23).

de um designador é o seu significado; e ele também considera que é o modo como sua referência é determinada” (KRIPKE, 1980, p. 59). Em outras palavras, Frege atribui duas funções àquilo que ele chama de ‘sentido’, a primeira é a de comunicar um significado, e a segunda é a de “apontar” para um objeto do mundo. Na passagem supracitada, por exemplo, Frege estaria dizendo que o significado que um nome próprio comunica varia de acordo com aqueles que ouvem ou leem o nome.

Russell também é apontado como um dos principais representantes do descritivismo. De fato, em *Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description*, ele afirma que

Palavras comuns, mesmo nomes próprios, são em geral realmente descrições. Quer dizer, o pensamento na mente de uma pessoa usando um nome próprio corretamente geralmente só pode ser expresso explicitamente se nós substituimos o nome próprio por uma descrição (RUSSELL, 1910, p. 114).

O nome ‘Bismarck’, poderia ser associado, por exemplo, à descrição ‘o primeiro chanceler do Império Alemão’. É claro que outras descrições também podem ser usadas para referir Bismarck e assim o significado do nome ‘Bismarck’ pode variar. Em seu livro *Filosofia das Lógicas*, Susan Haack fala o seguinte sobre o descritivismo de Russell:

Assim como Frege, Russell identifica o significado dos nomes próprios ordinários com o significado de alguma descrição definida relevante (embora... ele difira de Frege tanto em sua concepção do significado, quanto em sua concepção de como as descrições definidas, por sua vez, seriam explicadas). E ainda como Frege, Russell entendia que se seguia disso que os nomes possuem um significado diferente para falantes diferentes (HAACK, 2002, p. 98).

Embora se distinga de Frege e de Russell, Searle também é descritivista. Na sua visão, um nome próprio não é associado a uma única descrição definida, mas a certa composição de descrições. O sig-

nificado do nome seria composto a partir dos significados de diversas descrições. Essa teoria de Searle será vista com mais detalhes adiante, porém, no momento, é bastante adiantar que seu descritivismo será um dos alvos preferenciais dos ataques de Kripke.

Pelo que se vê, as teorias descritivistas mencionadas concordam em afirmar que nomes próprios têm significado (ainda que o termo ‘significado’ não seja um termo comum a todas) e que esse significado é derivado de descrições definidas, sejam elas tomadas isoladamente ou em grupo. Destarte, elas funcionam como teorias do significado, mas também lhes é comum a ideia de que o significado de um nome N pode ser utilizado na identificação da referência de N. Isso é possível porque a descrição sinônima de N (ou a composição de descrições que dá o significado de N) estabelece certas condições para a determinação da referência de N. Por exemplo, se ‘Platão’ significa o mesmo que ‘o discípulo mais famoso de Sócrates’, então a referência de ‘Platão’ é o homem que tem a propriedade de ser o discípulo mais famoso de Sócrates. O próprio Kripke, no início de *Naming and Necessity* admite que essa parece às vezes ser uma explicação mais natural de como a referência de um nome próprio é determinada. Diz ele:

Por exemplo, se eu uso o nome ‘Napoleão’, e alguém pergunta, ‘A quem você está se referindo?’, eu responderei algo como ‘Napoleão foi imperador da França na primeira metade do século dezanove; ele foi finalmente derrotado em Waterloo’, dando assim uma descrição univocamente identificadora para determinar o referente do nome. Frege e Russell, então, parecem dar uma explicação natural de como a referência é determinada aqui [...] (KRIPKE, 1980, p. 28).

Kripke também concorda que o descritivismo dá a impressão de explicar de maneira satisfatória o que queremos dizer com enunciados de identidade em que dois nomes diferentes referem a mesma coisa. Por exemplo, com o enunciado “Hesperus é Phosphorus”, queremos dizer que certo corpo celeste que vemos pela manhã é idêntico a certo corpo celeste que vemos pela tarde. Assim, parece que naturalmente

associamos os nomes com certas descrições. De todo modo, Kripke sentencia: o descritivismo é falso, seja enquanto teoria do significado seja enquanto teoria da referência (cf. KRIPKE, 1980, p. 28-9). Doravante, apresentarei os argumentos que ele oferece em favor dessa tese.

Kripke começa criticando o emprego das teorias descritivistas enquanto teorias do significado. Sua primeira e mais fundamental crítica baseia-se no argumento que Scott Soames chama de ‘argumento modal’. O argumento é o seguinte: se um nome *n* é sinônimo de uma descrição definida *D*, então a proposição expressa por “se *n* existe, então *n* é *D*” é uma verdade necessária. Soames explica que a razoabilidade desse argumento se evidencia da seguinte forma:

Se *D* tem o mesmo significado que *n*, então a substituição de um pelo outro em uma sentença não mudará a proposição expressa (ou o enunciado feito). Mas isso significa que a sentença Se *n* existe, então *n* é *D* expressa a mesma proposição (a mesma coisa) que a sentença Se *D* existe, então *D* é *D*. Uma vez que a última sentença expressa uma verdade necessária, assim o faz a primeira sentença (SOAMES, 2003, p. 338).

O problema é que, a menos que *D* descreva uma propriedade necessária de *n*, não é aceitável que “se *n* existe, então *n* é *D*” seja considerada uma verdade necessária, se *D* descreve uma propriedade contingente de *n*, é evidente que “*n* é *D*” não é necessária. Consequentemente, não é aceitável que *n* e *D* sejam considerados sinônimos. Para tornar mais clara a estrutura do argumento modal, vamos considerar um caso particular. Assuma que ‘Kierkegaard’ significa ‘o maior filósofo dinamarquês’; em outras palavras, assumo que o nome ‘Kierkegaard’ é definido como sinônimo de ‘o maior filósofo dinamarquês’. Chamemos essa hipótese de ‘hipótese1’. Dada essa hipótese, podemos concluir que, se Kierkegaard existe, o enunciado

‘Kierkegaard é o maior filósofo dinamarquês’

deveria ser semanticamente equivalente ao enunciado

‘O maior filósofo dinamarquês é o maior filósofo dinamarquês’,

pois, os termos em itálico em (a) e (b) são intersubstituíveis por definição.

Ora, como (b) é uma verdade necessária, (a) também deveria sê-lo. Só que (a) claramente não é uma verdade necessária, logo a hipótese1 deve ser falsa. Como o argumento pode trabalhar com qualquer hipótese que estabeleça a sinonímia entre um nome e uma descrição definida não rígida, a conclusão geral é de que o significado dos nomes próprios não é em geral estabelecido com base numa descrição definida, ou seja, as teorias descritivistas do significado são falsas.

O próximo passo de Kripke é analisar as teorias descritivistas enquanto teorias da referência. Para tanto, ele faz uma lista de teses descritivistas que considera ser as mais representativas teses do descritivismo em geral e não de um ou outro descritivista em particular, e, em seguida, critica essas teses uma a uma. Para entendermos o conteúdo dessas críticas, é necessário conhecermos melhor a teoria de Searle, cujas teses aparecerão de forma mais explícita na lista de Kripke.

As ideias de Searle sobre nomes próprios encontram-se principalmente num artigo publicado na revista *Mind*, em 1958, não por acaso intitulado *Proper Names*. Nesse artigo, ele pretende desenvolver e aperfeiçoar a ideia de Frege de que nomes próprios possuem sentido. Uma das passagens mais conhecidas do texto, que é citada também em *Naming and Necessity*, condensa o que há de mais importante na concepção de Searle. Ela diz o seguinte:

Suponha que nós concordemos em eliminar “Aristóteles” e usar, digamos, “o professor de Alexandre”, então é uma verdade necessária que o homem referido é o professor de Alexandre – mas é um fato contingente mesmo que Aristóteles tenha tido práticas pedagógicas (embora eu esteja sugerindo que é um fato necessário que Aristóteles tenha a soma lógica, a disjunção inclusiva, das propriedades comumente atribuídas a ele (SEARLE, 1958, p.172).

A ideia de Searle é que, quando associamos o nome n com uma única descrição definida D , nos deparamos com o problema de que o enunciado “ n é D ” se torna necessário, embora realmente não o seja (a mesma ideia presente no argumento modal). A solução seria associar n com mais de uma descrição, seria associá-lo com uma composição de descrições. Na passagem supracitada, Searle indica que essas descrições devem descrever as propriedades comumente atribuídas ao objeto nomeado e que elas devem ser compostas usando-se disjunções. ‘Aristóteles’, por exemplo, seria associado à soma lógica de descrições como ‘o autor da *Ética a Nicômaco*’, ‘o professor de Alexandre, o Grande’, ‘o mais ilustre discípulo de Platão’, etc. Ao se fazer isso, continua havendo algo necessário sobre n , é necessário que o referente de n tenha pelo menos uma das propriedades comumente atribuídas a ele (ou as mais importantes em algum sentido); em compensação, não é preciso especificar nenhuma propriedade em particular. Searle considera esse resultado aceitável e coerente, pois a ideia é que se, para toda descrição D que descreve uma propriedade do objeto referido por n , “ n é D ” é falso, então não temos nenhum critério para usar o nome n . Nesse caso, parece razoável afirmar que n nem mesmo tem referente e o único enunciado em que faz sentido usar o nome é este: “ n não existe”.

Feitas essas considerações sobre a teoria de Searle, passarei a apresentar as críticas que Kripke faz às teses descritivistas constantes de sua lista. A lista, que aparece nas páginas 64 e 65 de *Naming and Necessity* e volta a aparecer na página 71, é a seguinte (tome-se A como um falante que usa o nome ‘ x ’):

1. A cada nome ou expressão designadora ‘ x ’ corresponde um *cluster* de propriedades ϕ , tais que A crê que ‘ ϕx ’;
2. A crê que uma das propriedades ϕ , ou um conjunto delas, identifica um indivíduo univocamente;
3. Se a maioria dos ϕ 's (ou os mais relevantes) são satisfeitos por um único objeto y , então y é a referência de ‘ x ’;
4. Se não existe um tal y , então ‘ x ’ não refere;
5. O enunciado “se x existe, então x tem a maioria dos ϕ 's” é conhecido a priori por A ;

6. O enunciado acima expressa uma verdade necessária.
 (C). A explicação dada na teoria não deve ser circular, isto é, os φ 's não devem envolver a noção de referência³.

Kripke diz que, da lista que ele apresenta, somente a primeira tese é verdadeira. Segundo ele, “essa tese é correta, por definição. As teses que seguem, contudo, são todas, eu penso, falsas” (KRIPKE, 1980, p. 64). A primeira tese, de fato, diz apenas que quem usa um nome ‘x’ tem certas crenças do tipo “x tem a propriedade φ ”. Não é dito nada nem sobre o significado nem sobre a referência do nome.

A tese (2) diz que o falante que usa o nome ‘x’ crê que um subconjunto não vazio das propriedades φ identifica um único indivíduo. Kripke rebate isso dizendo que é possível que alguém acredite que um objeto tem certas propriedades sem acreditar que um subconjunto dessas propriedades identifica o objeto univocamente. Por exemplo, alguém pode ter sobre Cícero uma única crença, a de que ele foi um orador romano, o que não basta para identificar Cícero, já que Roma teve vários oradores notáveis em sua história. Além disso, mesmo quando a propriedade que acreditamos ser possuída pelo objeto é suficiente para identificá-lo, ainda há um risco nessa identificação, o risco de infringirmos (C), a cláusula da não circularidade. Por exemplo, podemos identificar Cícero como o acusador de Catilina, mas como identificamos Catilina? Muitas vezes, a única crença que temos sobre Catilina é a de que ele é o homem acusado por Cícero. A circularidade existente aqui impossibilita a identificação tanto de Cícero como de Catilina.

A tese (3) diz que se uma parte significativa das propriedades φ identifica um único objeto x, então x é o referente do nome associado a essas propriedades. Kripke dá um exemplo para mostrar que um objeto pode satisfazer a maioria ou as mais importantes propriedades φ e não ser o referente de ‘x’. Imagine que o nome ‘Gödel’ seja associado apenas à propriedade de *ser o homem que provou a incompletude da aritmética*. Embora nós estejamos acostumados a pensar que Gödel foi esse

³ Kripke assinala que (C) não é uma tese da teoria, mas uma condição de satisfação das outras teses (cf. KRIPKE, 1980: 71).

homem, nós poderíamos estar enganados, Schmidt poderia ser o verdadeiro descobridor do primeiro teorema da incompletude. Segundo Kripke, nessa situação o objeto que satisfaz a maioria ou as mais relevantes das propriedades ϕ não será o referente de ‘Gödel’, o verdadeiro referente de ‘Gödel’ será o impostor. Mas por que Kripke afirma tão categoricamente que Schmidt não é o referente de ‘Gödel’? Porque, na sua concepção sobre nomes, quem começa a usar o nome ‘Gödel’ são os pais do impostor, e é a ele que eles querem se referir com o nome. Bem, talvez não os pais, que provavelmente preferiam usar o nome ‘Kurt’, mas com certeza alguém que conheceu o impostor pessoalmente. Essas pessoas, por assim dizer, batizaram o impostor de ‘Gödel’, e isso lhe dá o direito de ser considerado o verdadeiro referente do nome.

Na tentativa de salvar sua teoria, o descritivista poderia argumentar que *o homem que provou a incompletude da aritmética* identifica o homem do qual a maioria das pessoas crê que provou a incompletude da aritmética, a saber, o verdadeiro referente de ‘Gödel’, e não o desconhecido e injustiçado Schmidt. Contra esse argumento, Kripke apresenta o seguinte contraexemplo: imagine que A se refere a Peano quando usa a descrição ‘o homem do qual a maioria das pessoas pensa que axiomatizou a aritmética’. Suponha então que A está enganado a respeito do que as pessoas pensam. Ele acredita que as pessoas estão pensando em Peano quando falam do homem que axiomatizou a aritmética, mas elas na verdade estão pensando em Dedekind. Dessa forma, a descrição usada por A identificará Dedekind, embora ele pretenda se referir a Peano. Assim, o problema que o descritivista queria evitar aparece novamente. A descrição que o falante associa ao nome N não identifica o verdadeiro referente de N.

Kripke mostra que mesmo que o descritivista ainda não se desse por vencido nesse ponto, haveria ainda outra objeção ao seu argumento. Segundo Kripke, quando um falante A diz com sinceridade: “Gödel provou a incompletude da aritmética”, não se pode inferir, só com base nisso, que A crê que Gödel provou a incompletude da aritmética. Para Kripke algo mais é requerido, “nós temos de estar nos referindo a Gödel quando dizemos ‘Gödel provou a incompletude da

aritmética'. De fato, se nós estivéssemos nos referindo a Schmidt, nós estaríamos atribuindo a incompletude da aritmética a Schmidt e não a Gödel" (KRIPKE, 1980, p. 89). Posto isso, Kripke argumenta que não é correto que o descritivista tente determinar a referência de 'Gödel' através da descrição 'o homem do qual se pensa que provou o teorema da incompletude da aritmética', pois isso infringiria a cláusula (C) da não circularidade. Com efeito, se para crermos que Gödel provou o teorema da incompletude da aritmética precisamos antes fazer referência a Gödel, não podemos usar uma descrição expressando essa mesma crença para determinar a referência de 'Gödel', já que isso seria circular. O argumento do descritivista seria assim mais uma vez anulado.

Falando sobre a tese (4), Kripke dá o exemplo do profeta Jonas. Ele diz que é possível acreditar que Jonas existiu mesmo que ele não tenha feito nada do que a Bíblia diz que ele fez. Em outra parte de *Naming and Necessity*, a mesma coisa é dita de Moisés. A propósito de Moisés, Kripke afirma: "A estória bíblica pode ter sido uma lenda, ou pode ter sido um relato substancialmente falso de uma pessoa real" (KRIPKE, 1980, p. 66).

A tese (5) é tomada por Kripke como uma afirmação de que as teses (3) e (4) são conhecidas a priori. A sua crítica nesse ponto se limita à observação de que isso não é verdade. Segundo ele, mesmo quando as teses (3) e (4) calham de ser verdadeiras, elas são conhecidas a posteriori. Em outras palavras, o que Kripke sustenta é que essas teses não podem ser tomadas como se a conjunção delas constituísse a definição de *referente de 'x'*.

Finalmente, chegamos à tese (6). Essa é a tese que Searle defende ao dizer que é necessário que Aristóteles tenha as propriedades comumente atribuídas a ele. Kripke rejeita essa tese com base no seguinte argumento: se a maioria das propriedades comumente atribuídas a Aristóteles são contingentes, a soma lógica (disjunção inclusiva) delas também será. Ou seja, dado o conjunto das propriedades Φ comumente atribuídas a Aristóteles, numa situação em que Aristóteles não tem nenhuma dessas propriedades, Aristóteles também não terá a soma lógica S das mesmas.

Kripke apresenta as críticas examinadas acima e julga que com isso o descritivismo foi refutado. Mas sem o descritivismo, resta explicar como de fato se determina a referência dos nomes próprios. É introduzida então uma explicação segundo a qual a referência dos nomes é determinada por uma cadeia de comunicação.

Kripke diz que um falante A consegue referir um indivíduo x, porque há uma cadeia de comunicação que começa em x e alcança A. O papel da comunidade que passa o nome 'x' de indivíduo para indivíduo é imprescindível na determinação da referência de 'x'. Kripke ressalta esse aspecto quando afirma que “em geral, nossa referência não depende simplesmente do que nós pensamos, depende também de outras pessoas na comunidade, da história de como o nome alcançou alguém, e coisas desse tipo” (KRIPKE, 1980, p. 95). Nesse cenário, A pode referir x, mesmo que não seja capaz de identificá-lo. Kripke exemplifica esse ponto dizendo que é possível que a única coisa que alguém saiba sobre Richard Feinman é que ele foi um físico. Ainda assim, quando essa pessoa usa o nome 'Feinman' no enunciado “Feinman foi um físico famoso”, ela está se referindo a Richard Feinman.

O ponto da cadeia de comunicação em que se inicia o uso do nome é o batismo inicial. Kripke afirma o seguinte:

Um 'batismo' inicial toma lugar. Aqui o objeto pode ser nomeado por ostensão, ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é 'passado de elo a elo', o receptor do nome deve, eu penso, quando ele o aprende, pretender usá-lo com a mesma referência do homem de quem ele o ouviu (KRIPKE, 1980, p. 95).

Ele também requer que o aprendiz do nome o use com a mesma referência que ele tinha na ocasião em que o aprendeu. Em função disso, ele reconhece que sua explicação não elimina a noção de referência e que conserva o uso de descrições para o batismo inicial. O que acontece é que sua explicação não é circular (cf. nota 44). No adendo de *Naming and Necessity*, há ainda uma alusão a situações em que a cadeia de comunicação seria desviada. Foi o que aconteceu com a referência

do nome ‘Madagascar’, pois esse era originalmente o nome de uma parte da África continental, mas, Marco Pólo, não entendendo corretamente o uso nativo, atribuiu o nome a uma ilha. Isso poderia ter acontecido mesmo que ‘Madagascar’ fosse originalmente o nome de uma terra mítica. Assim, com esses desvios, a cadeia causal não teria origem na referência atual do nome. Kripke explica que “no caso de ‘Madagascar’, este caráter social dita que a presente intenção de referir uma ilha se sobrepõe ao distante liame do uso nativo” (KRIPKE, 1980, p. 163), mas confessa que a questão exige esclarecimento posterior. Além disso, em alguns casos de exceção, a fixação da referência de um nome poderia ser feita com base em descrições em vez de ser feita através de uma cadeia de comunicação causal. Isso é o que, segundo Kripke, aconteceu no caso do nome ‘Netuno’ e do nome ‘Jack, o estripador’ (admitindo que essa expressão seja um nome). No caso de Netuno, primeiro foram dadas as condições de identificação do planeta e, posteriormente, ele foi de fato identificado através dessas condições. No caso de ‘Jack, o estripador’, um nome foi associado a descrições relativas a certo criminoso. Embora o criminoso não tenha sido identificado, as condições de identificação estavam dadas de antemão.

Um aspecto central da explicação kripkiana é que ela não é uma teoria da identificação da referência (de fato, para Kripke, ela não é uma teoria e ponto), ela é uma explicação de como os nomes próprios referem. A ideia básica de Kripke é de que, no quadro explicativo pintado por ele, um nome próprio deve sua função referencial a um empreendimento social que começa com o batismo inicial e prossegue apoiando-se em cada falante que usa o nome de certa forma. Em contrapartida, no quadro descritivista, um ato individual e solitário seria bastante para dotar o nome de um poder referencial. Há uma passagem de *Naming and Necessity* na qual Kripke descreve esse ato. Cito-a aqui:

O quadro que leva à teoria do *cluster* de descrições é algo como isto: alguém está isolado em uma sala; a comunidade inteira dos outros falantes, tudo o mais, podia desaparecer; e alguém determina a referência por si mesmo dizendo – ‘por “Gödel” eu

significarei o homem, quem quer que seja ele, que provou a incompletude da aritmética' (KRIPKE, 1980, p. 91).

Esse contraste entre o caráter social da explicação kripkiana da semântica dos nomes próprios e o viés meio misantropo da concepção descritivista talvez seja a jogada mais apelativa de Kripke. Seja como for, não me proponho aqui a analisar se ele tem boas razões para fazer essa e outras acusações contra os descritivistas. De fato, o que me interessava fazer ao longo deste artigo era primordialmente explicitar as estratégias argumentativas que Kripke usa para criticar o descritivismo, descrevendo-as de forma clara e criteriosa. Esse era o meu único propósito, e espero que tenha sido alcançado.

Referências

CHATEAUBRIAND, O. **Logical forms. part 1:** truth and description. Campinas: UNICAMP, 2001 (Coleção CLE, v.34).

_____. **Logical forms. part 2:** logic, language, and knowledge. Campinas: UNICAMP, 2005 (Coleção CLE, v.42).

FREGE, G. On concept and object. Trad. de P. T. Geach and Max Black. *Mind* (New Series), v. 60, n. 238, p. 168-180, abr. 1951.

FREGE, G. Sense and reference. *The Philosophical Review*, v. 57, n. 3, p. 209-230, mai. 1948.

HAACK, S. **Filosofia das lógicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HUGHES, G. E.; CRESSWELL, W. J. **A new introduction to modal logic**. London, New York: Routledge, 1996.

KRIPKE, S. Identity and necessity. In MOORE, A. W. (ed.). **Meaning and reference**. Oxford: Oxford University Press, 1993, pp. 162-91.

_____. **Naming and necessity**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

_____. Speaker's reference and semantic reference. *In*: OSTERTAG, G. (ed.). **Definite descriptions – a reader**. Cambridge: The MIT Press, 1998.

LEIBNIZ, G. W. **Discurso de metafísica**. Trad. de Miguel Real. Lisboa: Lisboa Editora, 1997.

LEWIS, D. **On the plurality of worlds**. Oxford and New York: Basil Blackwell, 1986.

MURCHO, D. **Essencialismo naturalizado** – aspectos da metafísica da modalidade. Coimbra: Angelus Novus, 2002.

PLANTINGA, A. **Essays in the metaphysics of modality** (ed. Matthew Davidson). New York: Oxford University Press, 2003.

RUSSELL, B. “Da denotação”. *In*: **Ensaio escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1992a.

_____. Knowledge by acquaintance and knowledge by description. **Proceedings of the Aristotelian Society (PAS)**, New Series, v. 11, p. 108-128, 1910-11.

SEARLE, J. **Intencionalidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEARLE, J. Proper names. **Mind** (New Series), v. 67, n. 266, p. 156-173, abr. 1958.

SOAMES, S. **Philosophical analysis in the twentieth century**. The age of meaning. Princeton: Princeton University Press, 2003. v. 2.

_____. **Reference and description: the case against the two-dimensionalism**. Princeton: Princeton University Press, 2005.